

# Caminho sem volta

Com a integração dos países em blocos econômicos, a uniformização dos sistemas produtivos no complexo agroalimentar e a harmonização do aparato regulatório (normas, regulamentos e avaliação de conformidade), o Brasil passou a participar como signatário de acordos internacionais nas áreas de:

- Tarifas e Comércio
- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS
- Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT
- Inspeção Pré-embarque
- Regras de Origem
- Procedimentos para Licenciamento de Exportações
- Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS
- Segurança Alimentar

Essa nova ordem de valores condiciona um alto nível qualitativo de articulação entre o governo, enquanto executor dessas tarefas, e a iniciativa privada, envolvida diretamente nas operações de produção e comercialização dos produtos.

Entre outras tarefas, a agenda passa pelos contenciosos na OMC, como as barreiras tarifárias ligadas ao algodão, açúcar, camarão, e as barreiras não tarifárias nos casos do frango (nitrofurano), polpa cítrica (dioxina) e soja (carboxin). Como esses processos são burocráticos, morosos e muito custosos, há exigência de uma gestão contínua e eficaz.

O aparecimento de epidemias inéditas e exóticas em muitas regiões é um risco incontornável. O ressurgimento da febre aftosa no Mato Grosso do Sul, no início de outubro de 2005, e logo depois no Paraná, deixa cada vez mais clara a necessidade de ações entre o MAPA, órgãos estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada, nas questões vinculadas às áreas sanitárias.

A aplicação do acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou SPS – Sanitary and Phytosanitary), na OMC, do qual o Brasil é signatário, passa pelo entendimento e execução dos conceitos de:

- **Harmonização:** medidas divergentes aumentam os custos de comércio. Por exemplo: dificuldade de harmonizar regras com os EUA e a UE.
- **Equivalência:** comercialização e controles aduaneiros mínimos. Por exemplo: implantação do sistema de equivalência para o registro de produtos genéricos.
- **Regionalização:** reconhecimento de zonas com diferentes status. Exemplo: febre aftosa na carne bovina no Brasil.

As dificuldades são:

1. O acesso insuficiente à *expertise* científica e técnica;
2. Métodos de produção e comercialização domésticos frente à AMSF;
3. Acesso a recursos financeiros;
4. Período curto para adequação às normas;

5. Estrutura administrativa do País para atender à AMSF;

6. Pouco conhecimento quanto:

- às exigências do AMSF entre órgãos oficiais;
- às exigências do AMSF na produção e industrialização de alimentos;
- acesso quanto às exigências do AMSF.

Como a natureza das barreiras protecionistas no comércio internacional tende:

- À redução de tarifas nas importações, no *dumping* nas exportações e nos subsídios em crédito e preços;
- Ao aumento nas questões sanitárias, ambientais e sociais.

Com isso, a operacionalização do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), na OMC, da qual o Brasil é também signatário, ganha relevância. Esse processo incorpora na cadeia produtiva a participação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (normalização), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade - INMETRO (medição) e as entidades credenciadas (conformidade às normas).

Já há algum tempo, como garantia da qualidade dos produtos agropecuários, os países desenvolvidos exigem de seus fornecedores:

- A adoção do Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos ao longo das cadeias produtivas (*HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point*)
- A ampliação das exigências do Padrão de Identidade e Qualidade dos Produtos de Origem Animal e Vegetal (Programa de Produção Integrada - PI e Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV)

Para o agronegócio, cabem as seguintes linhas de conduta:

- Incorporar formalmente às discussões de comércio a abordagem de *normalização*, ao invés de *regulamentação* pública tradicional;
- Estabelecer critérios de equivalência entre processos de avaliação da conformidade, de maneira que as *certificações nacionais* possam ser reconhecidas em operações de comércio internacional;
- Evitar gastos de recursos e tempo com base em referências apenas dos países importadores (*European Retailer Produce Working Group - EUREP e Good Agriculture Practices - GAP*)

A estratégia é implementar o Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) e os Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade. A coordenação é do Ministério de Ciência e Tecnologia. O objetivo é ampliar a infra-estrutura oferecida pelos institutos de pesquisa e tecnologia do País.

Como as suas funções tecnológicas (\*) se confundem com as próprias barreiras técnicas de comércio dos acordos e regras na OMC, a TIB é um instrumento formal para o Brasil mostrar o estado da arte de seu conhecimento e capacitação no agronegócio. ■

(\*) Metrologia, normalização, avaliação de conformidade, propriedade intelectual, informação tecnológica e tecnologias de gestão.